

Vulnerabilidade e resistência na pandemia de covid-19: por um outro imaginário

Vulnerability and resistance in the covid-19 pandemic: toward an other imagery

Vulnerabilidad y resistencia en la pandemia de covid-19: por un otro imaginario

Leandro Rodrigues Lage^{1,a}

leandrolage@ufpa.br | <https://orcid.org/0000-0002-6814-9640>

¹ Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia. Belém, PA, Brasil.

^a Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO

O texto propõe-se a refletir sobre a pandemia de covid-19 à luz do problema da vulnerabilidade. Discute-se a pertinência dos diagnósticos sobre a distribuição desigual da vulnerabilidade e as necropolíticas, enquanto chaves compreensivas de nossa realidade histórica. Tensiona-se o argumento de que a epidemia se constituiu enquanto marco histórico de um progresso moral civilizatório. Por fim, insiste-se na vulnerabilidade e no valor renovado da proteção e do amparo aos corpos, enquanto problemas cujo sentido ético depende de suas conversões em políticas e em imaginários de igualdade.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Resistência; Pandemia; Imaginário; Corpo.

ABSTRACT

The text proposes a reflection on the covid-19 pandemic in the light of the problem of vulnerability. The relevance of diagnoses on the unequal distribution of vulnerability and necropolitics is discussed, as comprehensive keys to our historical reality. The argument that the epidemic was constituted as a historical landmark of a civilizing moral progress is offered. Finally, the text insists on the vulnerability and renewed value of protecting and supporting bodies, as problems whose ethical meaning depends on their conversion into policies and imageries of equality.

Keywords: Vulnerability; Resistance; Pandemic; Imagery; Body.

RESUMEN

El texto propone reflexionar sobre la pandemia del covid-19 a la luz del problema de la vulnerabilidad. Se discute la relevancia de los diagnósticos sobre la distribución desigual de la vulnerabilidad y la necropolítica, como claves comprensivas de nuestra realidad histórica. Ofertase el argumento de que la epidemia se constituyó como un hito histórico de un progreso moral civilizatorio. Finalmente, insístese en la vulnerabilidad y el valor renovado de los cuerpos protectores y de apoyo, como problemas cuyo significado ético pasa por su conversión en políticas e imaginarios de igualdad.

Palabras clave: Vulnerabilidad; Resistencia; Pandemia; Imaginario; Cuerpo.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: o autor é responsável por todo o texto.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não há.

Histórico do artigo: submetido: 25 maio 2022 | aceito: 26 maio 2022 | publicado: 30 jun. 2022.

Apresentação anterior: não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Quais lições a pandemia de covid-19 tem deixado para pensarmos a vulnerabilidade humana? Essa indagação vem sendo feita desde a eclosão da crise sanitária mundial. Ainda na primeira metade de 2020, o discurso de que a epidemia constituiria o marco histórico de uma profunda mudança na moral civilizatória popularizou-se com facilidade. A ideia de redenção pareceu condicionar qualquer forma de esperança, num contexto marcado pelo desnudamento de uma vulnerabilidade comum e, ao mesmo tempo, desigual. Dois anos depois, podemos dizer que esse progresso moral se efetivou? Quais regras morais a experiência pandêmica teria alterado no que diz respeito à vulnerabilidade, ao cuidado, à proteção e à vida?

Em maio de 2020, semanas após o primeiro grande pico mundial de mortes da pandemia de covid-19, o filósofo Jacques Rancière (2020) escreveu um artigo bastante ácido no qual jogava por terra os ‘diagnósticos’ de que estaríamos vivendo uma experiência renovada de biopolítica. No mesmo texto, o autor também critica o discurso de que o surto em larga escala seria uma ‘oportunidade’ para a humanidade operar mudanças radicais em seus modos de vida. Não que o filósofo seja contrário às imperiosas necessidades de se modificar os ‘paradigmas civilizacionais’ que se impuseram historicamente, e de se alterar, por exemplo, a nossa relação predatória com a natureza. O que ele questionava era, na verdade, a pertinência das análises de conjuntura que já estariam prontas antes da pandemia, além do cinismo do discurso de oportunidade frente a uma crise cujos impactos certamente poderiam ter sido amenizados.

Rancière (2020) conclui seu texto predizendo algo que, dois anos depois do início da pandemia, podemos notar com clareza: com a atenuação da crise, os governos retomaram de modo explícito seu papel de subserviência às dinâmicas capitalistas. O apagamento da pandemia dos noticiários e, paralelamente, a coadjuvância do problema no próprio jogo político dão provas da assertividade desse argumento. Entretanto, será que os diagnósticos da distribuição desigual da vulnerabilidade e das necropolíticas, herdeiros teóricos da biopolítica foucaultiana, revelaram-se impertinentes, enquanto chaves compreensivas de nossa realidade histórica?

Igualmente cético, mas seguindo o que parece ser um polo oposto da discussão, o filósofo Achille Mbembe (2020) mede a pandemia de covid-19 com a régua austera com que dimensiona a própria modernidade, marcada pela contagem interminável de vítimas: aids, cólera, malária, dengue, ebola, febre amarela, zika, chikungunya, gripe suína, doenças crônicas e outras epidemias que, por séculos, devastaram “povos sem nome” (MBEMBE, 2020, p. 3)... “Em sua vertente noturna, a modernidade terá sido, do começo ao fim, uma guerra interminável travada contra o vivo”, argumenta Mbembe (2020, p. 7). O filósofo reivindica o direito universal à respiração como uma espécie de solo comum dos vivos e da vida, que deve prevalecer ante a ausência de infraestruturas comuns para que a vida floresça, apesar das desigualdades e das segmentações que acirram as condições de vulnerabilidade.

Há pelo menos dois aspectos notáveis no argumento de Mbembe (2020). Primeiro, ele concentra seu discurso nas políticas da vida e dos vivos, pontos de partida para se pensar a vulnerabilidade que nos assemelha biologicamente e, ao mesmo tempo, separa-nos em condições muito discrepantes de possibilidades de vida – considerando-se o acesso à alimentação, à habitação, às redes de saúde, à assistência etc. Segundo, Mbembe (2020) não se refere, por vivo ou por vida, somente ao homem. Em vez disso, alude à existência de todos os seres que respiram e que compõem, juntos, a biosfera. Seu argumento reduz a questão ao nível mais elementar: a quem nossos sistemas de governo e de organização social estão negando o direito universal à respiração, isto é, à vida em sua forma mais básica?

É sintomático, nesse sentido, que a pandemia de covid-19 tenha exposto e mesmo acirrado tantos conflitos e problemas sociopolíticos: o genocídio de populações inteiras em condições de vulnerabilidade, o avanço desenfreado sobre ecossistemas e a destruição da biodiversidade, a eclosão de casos de violência doméstica, a crise de confiança nos sistemas políticos e de governança, o desequilíbrio entre as capacidades

de produção e de consumo do capitalismo, o acirramento da desigualdade que empurra os mais necessitados aos riscos e o aumento exponencial de concentração de renda.

Como diria Latour (2020), outro filósofo a debruçar-se sobre aqueles primeiros meses da pandemia, há um abismo entre um estado que promete proteção da vida e um estado que ousa se comprometer com a proteção somada à manutenção das condições dignas de vida. Ou seja, se não podemos automaticamente lançar mão do esquema teórico da biopolítica para entender as formas contemporâneas de gestão da vida e da morte, a experiência prática demonstra que também não se pode abrir mão completamente da vigilância crítica sobre as tecnologias do poder que se precipitam sobre populações inteiras. Especialmente quando nos defrontamos com as consequências mortais da má distribuição deliberada da vulnerabilidade.

Em sua análise, Latour faz alusão a governos europeus, como o de Emmanuel Macron, que se deram ao trabalho de conferir um verniz ético e republicano às ações de proteção social no âmbito da pandemia de covid-19, ou mesmo de prestar contas publicamente das medidas de contenção da contaminação. Quando olhamos para a experiência brasileira, marcada pelo negacionismo explícito das autoridades e pela corrupção oportunista, a tese da necropolítica alcança um nível escandaloso de paroxismo. Como falar em vulnerabilidade, quando vivemos em um regime político cujo trabalho é instaurar uma economia tão eficaz e categórica da morte? Para a política do ‘E daí?’, a vulnerabilidade nunca foi uma preocupação. Ela é parte da governamentalidade. Por isso mesmo talvez ela precise ganhar relevância nessa nova fase da pandemia de covid-19.

Judith Butler (2021), outra importante filósofa contemporânea, chama atenção para algo central nessas políticas da morte: elas afirmam o direito de viver à custa de outras vidas. Na prática, elas criam uma falsa oposição entre a manutenção da vida e os supostos custos de tais políticas de proteção, a exemplo do tão propalado discurso de que, contra o novo coronavírus, a solução era ter fé e coragem, e não medo. Tal racionalidade justificaria, nessa retórica política, a oposição às medidas restritivas preconizadas pelas instituições científicas. Por exemplo, o discurso que contrapôs a necessidade de isolamento social e o imperativo da recuperação econômica. Diante da conivência do estado às lógicas do capitalismo, trabalhadores foram expostos ao risco sob a justificativa de que o sistema produtivo não poderia paralisar.

Frente a essa realidade, insistir na vulnerabilidade como problema é uma questão política. Se a pandemia de covid-19 realmente tivesse se concretizado como uma oportunidade de redenção humana e social, o mínimo que teríamos aprendido seria a perceber com clareza a vulnerabilidade comum entre os viventes, mas também a distribuição desigualitária das condições de vulnerabilidade: o acesso a sistemas de saúde e a medicamentos, as condições adequadas de moradia e subsistência, entre outros. Enfim, não toleraríamos mais nenhuma forma de violência, militar ou política, ou de abandono sistemático.

Para Butler (2020), a lição ética mais evidente deixada pela pandemia é, ainda assim, nossa interdependência global. Por isso, é desconcertante que não tenhamos nos dado conta dessa vinculação elementar entre cada uma de nossas vidas, e que ainda persistam lógicas segundo as quais algumas vidas merecem ser preservadas, enquanto outras são descartáveis – porque, justamente, nem são consideradas vidas. Em sua política de igualdade, Butler (2021, p. 155) reivindica uma ética do desejo pela vida do outro, na qual se reconhece que “o ‘eu’ não é você, mas é inconcebível ‘sem você’ – sem mundo, insustentável”. Isso implica um nível de vinculação que nos permita viver com os vivos e com a consciência dos mortos.

Há, contudo, uma ressalva decisiva. Butler (2021) não se refere a políticas de vulnerabilidade, mas a políticas da igualdade. Nisso reside uma diferença conceitual, mas também prática e política, pois, a despeito da importância de se revalorizar a vulnerabilidade e o cuidado, eles não serviriam como balizas para uma boa política da igualdade. Para essa filósofa, conhecida pela larga contribuição às teorias de gênero e também pela hostilidade com que foi recebida no Brasil um ano antes das eleições de 2018, é

preciso combater as necropolíticas sem criar novas classes de vítimas. Isto é, sem reificar os sujeitos, como se a vulnerabilidade lhes fosse constitutiva de uma identidade e de um destino selado.

Tal argumento em muito se assemelha à crítica endereçada por Rancière (1996) às ações ‘humanitárias’ incorporadas pelas políticas de alguns países que, para um lado, enviam alimentos e remédios, e, para outro lado, remetem armas e divisões militares. Nesse sentido, a categoria do ‘humanitário’, fortemente atrelada à vulnerabilidade de comunidades e populações inteiras, torna-se, para Rancière, um artifício retórico da *realpolitik* dos estados. Em suma, o que está em jogo para esses autores é a confrontação a um sistema no qual a vulnerabilidade é instrumentalizada como subterfúgio de políticas da desigualdade, isto é, baseadas na manutenção das fronteiras de diferenciação, das distribuições desproporcionais de condições dignas de vida.

O valor renovado da proteção e do cuidado só terá um sentido ético quando convertido em políticas de igualdade. E essas políticas, por sua vez, somente terão efetividade se tiverem consequências diretas sobre os corpos, entendidos como instâncias elementares da vulnerabilidade. Não é por acaso que intelectuais como Achille Mbembe (2020), Ailton Krenak (2020) e Silvia Cusicanqui (RESISTENCIAS..., 2020), todos atuantes no Sul global, tenham chamado atenção desde o início da pandemia para o fato de que ela nos forçou a lembrar quais são as nossas necessidades mais básicas: do que o corpo precisa para viver. A respiração, a hidratação, a alimentação, o abrigo, o vínculo social. Em todas elas, o lugar do corpo é decisivo, pois é ele quem sofre as consequências diretas da privação.

Mas o corpo não é, para todos esses filósofos contemporâneos, uma fraqueza, um lugar de fragilidade. Pelo contrário. Butler (2021), por exemplo, faz questão de tomar o corpo como vetor de resistência, como âmbito no qual a vulnerabilidade também se torna persistência, adaptabilidade, astúcia e revolta. É inclusive o corpo que se vulnerabiliza em determinadas ações políticas que promovem intervenções na cena pública. Ações que inventam essa cena, que aparecem politicamente, no sentido arendtiano do termo.

Na pandemia de covid-19, toda a atmosfera de risco iminente e de perigo em potencial girou em torno dos corpos, que ocuparam um lugar ambíguo: nossos corpos eram aquilo que deveríamos proteger de toda contaminação e, ao mesmo tempo, os outros corpos eram aquilo contra o que deveríamos nos proteger. O distanciamento dos corpos tornou-se um gesto de cuidado mútuo. Por outro lado, mesmo os corpos adoecidos nunca dependeram tanto de outros corpos dedicados ao cuidado, à assistência. Corpos expostos à exaustão, à contaminação, à morte e, ainda assim, persistentes na defesa da vida de outras pessoas. Numa fase posterior, a imunização de cada corpo significava um passo adiante na proteção de todo um corpo social.

Nos momentos de maior letalidade da pandemia, proliferavam-se, nos noticiários, fotografias desoladoras de vastos cemitérios com uma grande quantidade de sepulturas recém-criadas, muitas ainda abertas, aguardando os próximos ocupantes. Se Butler (2021) estiver certa e as necropolíticas contemporâneas só puderem ser vencidas mediante a instauração de novos imaginários igualitários, então essas cenas, por mais mórbidas que sejam, alegorizam tragicamente nossa vulnerabilidade comum. Depois da morte, como demonstraram essas imagens, todos voltamos à condição elementar de corpos sem vida e sem distinção.

Um outro imaginário? A própria filósofa estadunidense se questiona sobre a efetividade dessa solução para mudar nossos enquadramentos sobre a vulnerabilidade. Ainda assim, Butler (2021) insiste na ideia de que esse é um caminho válido não apenas para aprendermos que cada vida merece ser tratada como igual a outra, mas também que nossas vidas são mutuamente dependentes em suas condições de resistir e, sobretudo, de vicejar. Nesse sentido, se considerarmos que a imaginação é condição para se fazer política, então estamos, de fato, diante de um marco histórico para imaginarmos e inventarmos outros modos de vida, nos quais a dignidade e a vulnerabilidade sejam reconhecidas e partilhadas de maneiras mais justas e igualitárias.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **A força da não violência**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Traços humanos nas superfícies do mundo**. Tradução: André Arias e Clara Barzaghi. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/75>. Acesso em: 20 maio 2022.

KRENAK, Ailton. **Do tempo**. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/71>. Acesso em: 20 maio 2022.

LATOUR, Bruno. **Isto é um ensaio geral?** Tradução: João Pedro Garcez. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/102>. Acesso em: 20 maio 2022.

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. Tradução: Ana Luiza Braga. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>. Acesso em: 20 maio 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **Uma boa oportunidade?** Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/72>. Acesso em: 20 maio 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RESISTENCIAS, insurgencias y luchas por la vida en tiempos de exterminios. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2020. 1 vídeo (105 min). Publicado pelo canal CLACSO TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VQ08llpL9YM&t=87s>. Acesso em: 20 maio 2022.